

CEM ANOS DA ARBITRAGEM DAS MISSÕES

Rubens RICÚPERO

Cem anos atrás, começava a nevar na tarde fria de Washington quando o laudo favorável ao Brasil na questão de Palmas ou das Missões foi oficialmente comunicado ao Barão do Rio Branco e a Estanislau Zeballos, na presença do Secretário de Estado Gresham.

Enquanto esperavam os casacos, na saída, o delegado argentino renovou os cumprimentos que já estenderam ao Barão, dizendo-lhe: “Há usted vencido su campaña, lo felicito”. Rio Branco, de acordo com a descrição da cena que fez no dia seguinte, teria respondido: “Tive uma causa fácil de defender, enquanto a sua era extremamente difícil. Mesmo assim, fez tudo quando era possível pela causa de sua pátria, com o maior esforço e talentos, reconhecemos hoje na sua pessoa o mais tenaz, o mais hábil e o mais ilustrado dos adversários que o Brasil encontrou na discussão desse litígio”.

Em silêncio, com ar refletido, Zeballos apertou-lhe a mão. Dias mais tarde, o representante argentino reconhecia com generosidade, em declarações à imprensa, que, diante dos documentos apresentados pelo Brasil e até então ignorados pelo seu governo, não poderia ter sido outro o desfecho do caso. A emoção contida, quase dramática do episódio realça a nobreza dos protagonistas. Foi pena que nem sempre se mantivessem nesse plano as relações dos dois grandes adversários.

Chegada a notícia ao Brasil, Paranhos, esquecido desde a sua partida para Liverpool, 19 anos antes, torna-se instantaneamente uma glória nacional. Como disse Constâncio Alves, “ele saiu da penumbra para a glória, como um rio que, depois de um curso subterrâneo, inesperadamente desenrolasse à luz do sol uma corrente já majestosa”.

Com a admirável concisão dos telegramas daqueles tempos austeros, o presidente Prudente de Moraes assim resumiu o sentimento unânime: “Em nome da pátria brasileira agradeço inolvidável serviço reconhecimento seus direitos”.

O entusiasmo logo tomou conta de um povo que, desde a proclamação da República, parecia viver uma sucessão infundável de derrotas e humilhações: inflação do Encilhamento, as sangrentas atrocidades da Revolução Federalista, da Revolta da Armada, o massacre de Canudos, os constantes sobressaltos inaugurando entre nós, após a estabilidade do Império, a era dos golpes e das quarteladas.

A reconquista da auto-estima se traduz nas centenas de mensagens que convocam o Barão a vir receber as homenagens de uma população agradecida. A um desses exaltados telegramas que lhe dirigem os participantes de um comício no Rio, Paranhos responde: "Por mim e meus companheiros de trabalho, agradeço honrosa mensagem. Estou convencido de que a decisão do americano ilustre que com tanto labor e consciência exerceu as funções de árbitro, animado de igual afeto por ambas as nações, terá sido também recebida com satisfação na República Argentina, e que este acontecimento feliz e honroso concorrerá para que se estreitem mais, como tanto desejamos, os laços de amizade que nos ligam aos nossos aliados de Caseros e do Paraguai".

Nesta nossa época de paixão pela notoriedade, custa a entender que o Barão preferisse voltar diretamente à Europa e mergulhar de novo no anonimato de onde só o retirariam o novo triunfo do Amapá e o convite aceito a contragosto para ser o chanceler do governo Rodrigues Alves.

Quem melhor explica esta e outras particularidades do caráter de Rio Branco é Oliveira Lima, autor do retrato psicológico mais penetrante do Barão, apesar de ou por causa da "falta de cordialidade" que entre eles existia. Lembra o pantagruélico pernambucano quem em Paranhos "os impulsos, os generosos e os não-generosos, eram cuidadosamente sopitados ao sabor das conveniências públicas - porque nele o interesse pessoal se confundia com o público, assim como a sua personalidade mergulhava toda na nacionalidade".

Rio Branco estava longe, de fato, de ser indiferente ao sabor do triunfo, como lhe observou Sarah Bernhardt em 1910: "C'est si bon de vaincre, vous le savez mieux que personne, Monsieur le Baron".

Mais, porém, do que a satisfação efêmera de uma vaidade pessoal, o que sensibilizava sua alma de estadista era a provocação inútil, o ressentimento que os festejos não deixaram de provocar na Argentina e em Zeballos.

Dizem ter sido nessa ocasião que ele teria dito: "Há vitórias que não se devem comemorar". Se assim é, pode parecer contraditório que eu esteja aqui a evocar o centenário do episódio. Se o faço, não é para incorrer na desaprovação póstuma do Barão, para lhe exaltar a glória ou festejar o reconhecimento de nossos direitos. O que me impressiona no evento é a

sabedoria, o equilíbrio, a maturidade de Rio Branco, tão contrastantes com a vida pública de hoje e, acima de tudo, o valor perene de um exemplo destinado a se tornar o padrão de encaminhamento de problemas entre o Brasil e seus vizinhos.

Não se deve, com efeito, ver na decisão de Cleveland uma vitória apenas para uma das partes, mas sim uma solução pacífica e honrosa para ambas, a diplomacia e a razão, não as armas servindo de modelo invariável para resolver problemas.

Ao contrário do sugerido por uma analogia superficial, a relação argentino-brasileira não é historicamente comparável ao antagonismo franco-alemão. Em nosso caso, excetuado um conflito único herdado dos tempos coloniais em torno da Cisplatina, todas as questões graves encontraram soluções diplomáticas e pacíficas.

Os marcos extremos dessa relação foram, em 1895, o arbitramento que resolveu a pendência territorial e, em 1979, o acordo sobre Itaipu e Corpus, que pôs fim definitivo à controvérsia sobre os rios internacionais, graças ao descortino do ministro Saraiva Guerreiro e ao talento do embaixador João Hermes Pereira de Araújo, que, da mesma forma que Rio Branco, colocou a erudição a serviço da capacidade negociadora.

Foi esse padrão pacífico que criou as condições de possibilidade da atual integração com a Argentina no Mercosul. De igual maneira, o sistemático encaminhamento de todas as demais questões de limites permitiu a Rio Branco legar ao país uma das maiores realizações da história diplomática de todos os tempos, na justa apreciação do embaixador Teixeira Soares.

Os que duvidam da importância de uma tal obra, garantia do convívio amistoso com dez vizinhos pertencentes a universos culturais distintos, ao longo de mais de 16 mil quilômetros de fronteira, têm apenas de olhar para os tristes eventos atuais entre países irmãos para reconhecer a dívida inestimável que todos contraímos para com o grande brasileiro, cujo nascimento nos preparamos para celebrar os 150 anos.

Nota da Redação. O ano em curso assinala não apenas o centenário da chamada **Questão das Missões**, objeto do presente artigo, mas também o sesquicentenário do nascimento do Barão do Rio Branco, transcorrido a 20 de abril. Assim, numa homenagem ao grande diplomata e numa evocação de seu primeiro grande feito diplomático, julgamos oportuno transcrever o importante artigo de Rubens Ricúpero, diplomata de carreira (tal como Rio Branco) publicado em "O Estado de S. Paulo" do dia 6 de fevereiro do corrente ano. Ao Barão do Rio Branco dedicaremos, neste número, a seção "**Vultos da Historiografia Brasileira**", que ele também o foi.